

Escorada nas Investidas Contra a Liberdade de Imprensa, a Policia de Joaçaba e Erval D'Oeste Espanca Barbaramente um Deputado

Direito da fôrça versus fôrça do direito — Após ser criticado, o delegado espanca o homem público, depreda a emissora e dá largas à sua prepotência — Quais serão as providências?

Em Joaçaba, a capital do Oeste Catarinense, o Dr. Nero-cy Nunes, Delegado Regional de Polícia, comandando um pelotão de soldados, espancou o senhor Agostinho Mignoni, jornalista e suplente de Deputado do P. T. B..

ANTECEDENTES — Desde tempos atrás estava se processando, através das rádios de Erval D'Oeste e Joaçaba (cidades unidas por uma ponte sobre o rio do Peixe) um debate político entre os diversos partidos daqueles municípios. Como sempre acontece, os ataques descambaram para o plano pessoal, culminando com o bárbaro e inominável atenta-

do de terça-feira dia 11 de setembro.

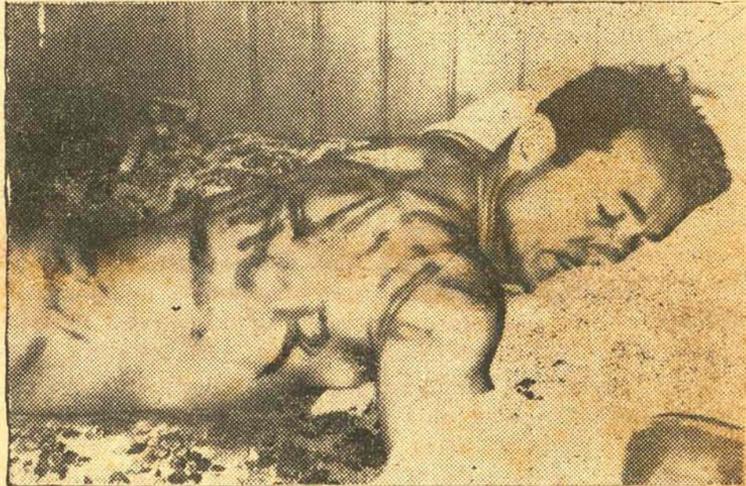
DIREITO DA FÔRÇA VERSUS FÔRÇA DO DIREITO — O Deputado Agostinho Mignoni, usando de um direito que a própria Constituição lhe confere o direito de livre crítica, sabendo de incorreções na atuação do Delegado — Lampeão — Nero-cy Nunes o criticou pela Rádio de Erval D'Oeste.

Este, ferido em sua personalidade policial, concebe a vingança. Acostumado a ver todas as arbitrariedades policiais serem encampadas pelos Poderes Públicos, como, por exemplo, a que foi praticada pelos

policiais de Brusque, sob o comando do "tira" Miranda da Delegacia de Ordem Política e Social de Florianópolis e do Delegado Evaldo Schaeffer, contra dois trabalhadores que foram presos, espancados e torturados na cadeia de Brusque em fevereiro de 1954, mandou prender Agostinho Mignoni e conduzi-lo para o Quartel de Erval D'Oeste.

Ali, o Capitão Nero-cy, dando azo aos seus instintos bestiais e assassinos, esbofetou o Deputado e ordenou fosse iniciada a violência. Ato contínuo, os soldados investiram e distribuíram toda sorte de pancadas quer com os pés, com socos, com baionetas e borrachadas. Ao final, o Deputado estava com as roupas em

(Continua na 2.ª Página)



No clichê, o Deputado Agostinho Mignoni após aos vandálicos atos da polícia. Vê-se nas costas da vítima a inscrição feita com sangue, que aos olhos facciosos da RESISTENCIA, seria mercúrio cromo.

Solidaria Com a ABI A Assembléia Legislativa

A Assembléia Legislativa enviou à Associação Brasileira de Imprensa o seguinte telegrama de solidariedade, em defesa da liberdade de imprensa:

"A Assembléia Legislativa de Santa Catarina unânimemente aplaude a atitude da ABI em defesa da liberdade de imprensa, garantidora do perfeito funcionamento das instituições democráticas. Saudações cordiais — Paulo Konder Bornhausen, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina".

Todo o Apôio à Comissão Estadual Contra a Carestia

O povo brasileiro vem sentindo diariamente, a crescente carestia sendo submetido a privações inauditas, motivada pela ganância desenfreada dos especuladores, e pela inércia governamental frente a esse momentoso problema. Todos os motivos e tôdas as sutilezas são preparadas pelos "tubarões" para elevarem os preços, sob a conivência dos poderes públicos.

As conquistas salariais dos trabalhadores vêm sendo reduzidas progressivamente a pretexto de que o aumento de salário provoca a elevação do custo de vida. Este chavão, utilizado pelos exploradores do povo, é falso e deve ser desmentido frontalmente, pois o que obriga os trabalhadores a reivindicarem a elevação dos salários é a alta desenfreada dos preços.

Recentemente, em Florianópolis, o Prefeito Osmar Cunha aumentou o preço da carne verde, sob o pretexto da elevação do novo salário mínimo. Devemos recordar que em 1954, quando a carne custava treze cruzeiros o quilo, o salário mínimo era de mil e cinquenta cruzeiros. Progressivamente, o preço da carne se elevou para desesseis, vinte e um, vinte e sete e trinta e três cruzeiros, enquanto o salário mínimo permanecia o mesmo. Com a conquista do salário mínimo de dois mil e quatrocentos cruzeiros, vem o senhor Osmar Cunha aumentar o preço da carne de "segunda" para trinta e cinco cruzeiros e LIBERAR o preço da de primeira. Vemos assim o seguinte: enquanto o salário se elevou em cento e trinta por cento, o preço da carne sofreu aumentos de quase trezentos por cento. Não só a carne verde como todos os demais gêneros de primeira necessidade sofreram aumentos constantes antes, mesmo, de vigorar o último salário mínimo.

Assim, a maioria esmagadora da Nação, vendo reduzida a sua capacidade aquisitiva dos bens de consumo, sente-se empobrecida e explorada e passa privações. Agrava esta situação o fato de nós não mantermos um comércio externo que possibilite um maior desenvolvimento de nossa indústria e de nossa agricultura. Tôdas as camadas da população brasileira— operários, lavradores, funcionários públicos, comerciantes e industriais— estão intimamente interessados em travar uma luta contra a carestia, como uma das formas capazes de assegurar um futuro melhor para nossa Pátria.

Em nosso Estado os trabalhadores, estudantes e donas de casa, sentindo esta real situação, estão mobilizando uma ampla frente para apresentar uma solução aos nossos governantes capaz de impedir a alta desenfreada dos preços. A COMISSÃO ESTADUAL CONTRA A CARESTIA, que vem lutando concretamente contra a exploração e pelas conquistas dos trabalhadores, deve merecer o mais decidido apoio de todos os catarinenses, pois está empenhada em organizar o povo para a contenção dos preços.

Da unidade e da organização do povo se decidirá esta vitória.

UNIDADE

EM DEFESA DOS INTERÊSSES DO POVO

DIRETOR: Aldo Pedro Dittrich

ANO I

FLORIANÓPOLIS, 28 - SETEMBRO - 1956

NR. 2

Vereadores de Florianopolis Manifestam-se Contra a "Lei Rolha"

Em Pôrto Alegre, onde estiveram há poucos dias, os vereadores de Florianópolis Antonio Apostolo e Jabel Cardoso, concederam ao jornal "A TRIBUNA", da capital gaúcha, a entrevista que a seguir transcrevemos:

FALA O PRESIDENTE ANTONIO APOSTOLO

"Nossa reportagem falando com o sr. Antonio Apostolo, solicitou a sua opinião com respeito a nova lei de imprensa que tramita no Congresso Nacional. A nossa solicitação respondeu-nos o ilustre entrevistado:

"A Câmara de Vereadores, que tenho a honra de presidir, devo informar inicialmente, já se manifestou favorável a mais ampla liberdade de imprensa. Pessoalmente sou também favorável a essa liberdade sem peias, única maneira de a imprensa bem informar e bem orientar, expondo os seus pontos de vista".

Depois acrescentou-nos:

"Sou contrário a reforma da "Lei de Imprensa". O cerceamento da "Lei de Imprensa" viria, é lógico, tirar a faculdade de a mesma poder criticar como o faz, os homens públicos, apontando-lhes as falhas".

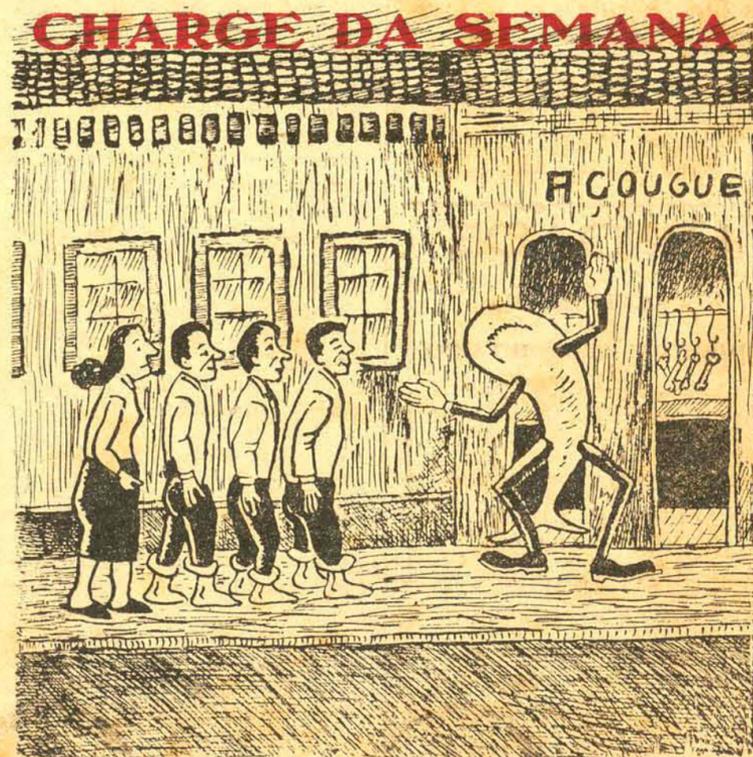
"COMO JORNALISTA SOU CONTRARIO"

Foram as primeiras palavras

do vereador Jabel Cardoso, representante do PSD na Câmara de Vereadores de Florianópolis. A seguir, diz-nos o entrevistado:

"Nosso legislativo aprovou moção pela mais ampla liberdade de imprensa. Como jor-

nalista e como homem público, considero-me um defensor obrigatório da mais ampla liberdade de imprensa. Sem esta liberdade, de pouco valeria a imprensa na tarefa de cumprir com as suas altas finalidades".



OSMAR — Vão desculpar-me. Sobrou apenas carne de segunda...

DE UNIDADE EM UNIDADE

PAPO CHEIO

Do jeito que a coisa vai, logo o bravo cabo de guerra (?) Penna Botto e o austero Dr. Nereu, catedrático de Direito Constitucional (?) vão instaurar um processo, pedindo o fechamento da conhecida revista "Ciência Popular".

"Ciência Popular... Popular... hum... diria o intrépido nauta Penna Botto.

—O—

O Dr. Deputado, Diretor da Penitenciária, Professor Romeu Sebastião Neves está dando aula no Colégio "Dias Velho". Em uma aula do 3.º ano do ginásio (Geografia da qual é catedrático?) começou a menosprezar a Petróbras. Os alunos discutiram e "colocaram o professor na parede", pois afirmou que extraímos apenas 500 barris diários de petróleo e os alunos contestaram dizendo que extraímos 21.000. A discussão se prolongou. Os estudantes mostraram que conheciam o assunto e como bons brasileiros defendiam a Petrobras e o professor defendia a Esso. Final.

Disse "Vocês são muito crianças para discutirem isso". Mais são... Sebastião...

—O—

Na semana passada houve duas "bombas" na política. Uma da carta do Deputado Elias dizendo "cobras e lagartos" dos Deputados Estaduais Paulo Bornhausen, Volney Colosso de Oliveira e Ruy Hulse. Disse o que quis. A outra a resposta dada pelo Deputado Volney C. de Oliveira na tribuna da Assembleia dizendo muito mais do que "cobras e lagartos" do Deputado Federal Adaimé. "Eles que são brancos, que se entendem", pois está previsto outras "bombas" recíprocas.

—O—

Não é que o Dr. Nereu, em polémica pública com o sr. Herberto Moses afirmou que a polícia deve ter o direito de censurar, violar, apreender os jornais?

Puxa! Este Dr. Nereu, engolindo sapos desta maneira, deixa a gente amarelo de tanta vergonha.

UM LIDER SINDICAL POR SEMANA

Alvaro Máximo de Oliveira, Líder dos Operários Navais

Alvaro Máximo de Oliveira (Avico) nasceu nesta Capital em 8 de janeiro de 1920, sendo filho de Alvaro Hermes de Oliveira e Cecília Maria de Oliveira, já falecida. Fêz seus estudos preliminares na Escola de Dona Antonieta de Barros. Cursou o Liceu Industrial, atual Escola Industrial, diplomando-se em 1938 em "torneiro fresador". Trabalhou na Fábrica de Pontas Rita Maria, Estaleiro da Arataca e exerce, atualmente, a direção da Seção de Mecânica do Estaleiro do 5.º Distrito Naval.

Alvaro Máximo de Oliveira desde cedo participou da vida associativa pois em 1938 foi 1.º secretário e secretário geral do Grêmio Carnavalesco "Brinca Quem Pode" e 1.º secretário e orador da "U. R. 25 de Dezembro".

Casou em 1946 com dona Diná Adão de Oliveira, tendo desse matrimônio 5 filhos.

Participou de diretorias de várias sociedades e irmandades, grangeando sempre a estima de todos pela sua grande capacidade de trabalho.

Alvaro Máximo de Oliveira

juntamente com Rubens Silva fundou, graças ao apoio dos trabalhadores do Estaleiro Arataca, a Associação dos Trabalhadores Navais. Foi uma luta árdua mas que foi vitoriosa, pois em 28 de fevereiro de 1955 foi reconhecida como Sindicato dos Operários e Carpinteiros Navais. Na ocasião foi eleito presidente do seu órgão de classe para o biênio de 55-57.

O Sindicato dos Operários e Carpinteiros Navais de Santa Catarina, é um dos sindicatos do Brasil que possui um dos maiores índices de sindicalização, pois todos os operários e carpinteiros navais de Florianópolis são sindicalizados. Isto foi feito não sem esforço de seu atual presidente. Alvaro Máximo de Oliveira vem lutando com denodo para tornar seu sindicato um órgão capaz de prestar toda a assistência a seus associados, contando com um Ambulatório Médico, Biblioteca, etc. O Sindicato dos Operários e Carpinteiros Navais conta com uma organização perfeita, pois em suas reuniões mensais comparecem a maioria esmagadora de seus 118 associados.

Alvaro Máximo de Oliveira participou ativamente da campanha do salário mínimo em 1956. Participou da Fundação da União Sindical, organização

que congrega os sindicatos de Florianópolis e vem lutando a frente das reivindicações comuns dos sindicatos.

Atualmente participa da campanha dos sindicatos contra a carestia e pela vigência do salário mínimo.

Muitas são as reivindicações dos operários navais que tem encontrado em seu presidente um batalhador incansável, que espera fundar uma cooperativa, dar uma recreação social e sindical mais intensa, aulas técnicas, bem como fundar delegacias do sindicato nas cidades onde existem associados.

Alvaro Máximo de Oliveira é um líder sindical de Florianópolis que vem batalhando incansavelmente para tornar o Sindicato dos Operários e Carpinteiros Navais um órgão eficiente na defesa dos interesses dos sindicalizados e procura no momento, juntamente com outros dirigentes sindicais, conseguir a sede própria para os sindicatos, pois no momento utilizam a sede da União Operária à rua Pedro Soares, 15. Alvaro Máximo de Oliveira além de presidente do Sindicato dos Operários e Carpinteiros Navais é ainda provedor da Irmandade N. S. da Conceição, 1.º secretário da I. B. N. S. do Rosário e S. Benedito e 1.º secretário da União Beneficente e Recreativa Operária.

Escoradas nas Investidas Contra...

(Continuação da 1a. Pagina)

tiras e com o corpo espicacado pelas pontas dos sabres.

Tudo isso era feito debaixo de estrondosas gargalhadas.

BESTIAL E DESUMANO — Como se não bastasse os tremendos espancamentos, o Delgado, estando Agostinho Mignoni prostado sem sentidos e com sangue a escorrer-lhe, tomou um sabre das mãos de um dos sádicos e, fria e estupidamente, usando o sangue da própria vítima como tinta, escreveu-lhe nas costas essa inscrição, que bem caracteriza a crueldade desses bandidos: **A POLÍCIA É A MAIOR** Ua fotografia que estampamos, pode ser lido o final da frase escrita nas costas de Agostinho Mignoni.

A PRÓXIMA VÍTIMA — Não parou aí a sanha policial. Carregando o corpo do infeliz

deputado, dirigem-se — delegado e cúmplices — ao centro da cidade de Erval D'Oeste, sem, contudo deixar de espancar e proferir palavrões para a vítima e para pessoas que, apiedadas e revoltadas, tentaram uma reação. Ninguém foi poupado. Crianças, senhoras, senhores, velhos, todos foram atingidos pelas grosserias dos policiais, que ofenderam a moral e o pudor público. Nem mesmo a esposa e os filhos do deputado ficaram isentos destas brutalidades, pois os espancadores dirigiram expressões injuriosas e de baixo calão. (implicáveis)

A população indignada, por terem, além de todas as brutalidades praticadas na pessoa do Deputado Mignoni, deprecado a estação de rádio, na qual eram feitos os programas de críticas, procurou tomar algumas providências. Todavia foi impossível tomar qualquer medida em vista de estar a polícia com as suas armas voltadas para o povo de maneira ameaçadora, pois foram colocadas metralhadoras em vários pontos da cidade.

Esse foi o fato que, pela sua indignidade, pel asua estupidez, que chega às raias do absurdo, enlutou toda a consciência catarinense.

O QUE NÃO FARIAM SE RESTRINGISSEM AS LIBERDADES DE IMPRENSA? — Sim, eis uma pergunta que pairava nos ares. Imaginemos esses bandidos, em véspera — como estão — de perderem seus privilégios políticos e econômicos, se dispusessem da força como direito. Se o poder fosse discricionário.

Se em plena vigência constitucional, num Estado onde o Sr. Governador afirma que não

aplicará qualquer lei que sufoque as liberdades, se cometem atrocidades desse quilate, como não seria uma vez aprovada a lei das responsabilidades pretendida pelo Sr. Nereu Ramos?

Ameaçada uma liberdade, todas as demais estão em perigo. Por isso, e voltados para esse caso, dirigimo-nos aos leitores e conclamamo-los à luta rem contra a aprovação da nova lei de imprensa.

Lutar contra a aprovação dessa lei de arrôcho é dever de democracia, é um imperativo nacional.

QUAIS SERÃO AS PROVIDÊNCIAS? — Num caso desse, não se aplica a lei de imprensa. Não há sanção suficiente. Trata-se, isto sim — de um grave, bárbaro e cruel atentado contra a vida. O Dr. Nereu Nunes deve ser julgado com todas as agravantes prescritas pelo Código Penal, além da culpa que lhe cabe pelo cerceamento à liberdade de crítica, pelo aviltamento do cargo de que estava investido.

O povo confia que as autoridades saibam puni-los com todo o rigor.

Acredita-se que o Delegado já tenha sido destituído de suas funções, que os soldados já tenham sido desligados da Força Pública e todos estejam recolhidos à Penitenciária e que de lá não saiam tão cedo. Pelo menos não saiam até que estejam curados. Uma ação dessas só se gera e se executa quando por tarados.

Em nome da democracia, da lei, da justiça nós apelamos às autoridades no sentido de agirem com isenção de ânimo político e punirem os culpados.

Pequena História do dia Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores

Muitas pessoas desconhecem porque os trabalhadores comemoram o 1.º de Maio, motivo pelo qual damos aqui uma síntese da história desta gloriosa data. Antigamente os trabalhadores trabalhavam de sol a sol sendo a sua jornada de trabalho de 10, 12 e até 14 anos. Contra esta medida se levantaram os sindicatos (os primeiros fundados em 1820) em meados do século passado. Em 1848 foi lançado o Manifesto Comunista de Marx e Engels que teve decidida atuação na luta pelas oito horas de trabalho, pois em 1866 a NATIONAL LABOR UNION lançou uma proclamação, reivindicando esta medida para os trabalhadores. A reação não se fez esperar, mas os trabalhadores a enfrentaram resolutamente, pois a palavra de ordem de OITO HORAS já havia expandido pelo mundo.

O acontecimento que marcou época foi a greve dos trabalhadores de Chicago (Estados Unidos da América do Norte), pelas OITO HORAS de trabalho. Durante a greve enfrentaram os trabalhadores a polícia (como sempre) e os seus líderes foram presos, entre os quais se destacavam Alberto Parson, Augusto Spies, Adolfo Fischer e George Engels. Após um longo processo foram condenados à força. Enfrentaram a morte com bravura e as últimas palavras de Alberto Parson aos juizes demonstram a firmeza destes dirigentes sindicais — **CREDES SENHORES, QUE QUANDO NOS-**

SOS CADAVERES FOREM ARROJADOS AO MONTURO TUDO SE TERA ACABADO? CREDES QUE A GUERRA SOCIAL SE ACABARÁ, ESTRANGULANDO-NOS BARBARAMENTE? NÃO! SÓBBRE O NOSSO VEREDITO CAIRA O POVO AMERICANO E DO MUNDO INTEIRO PARA DEMONSTRAR VOSSAS INJUSTIÇAS, QUE NOS LEVAM AO CADAVALSO; CAIRA O VEREDITO DO MUNDO INTEIRO PARA DIZER QUE A GUERRA SOCIAL NÃO TERMINOU POR TÃO POUCA COISA.

Em homenagem aos trabalhadores assassinados em Chicago, o 1.º CONGRESSO INTERNACIONAL OPERÁRIO tornou o 1.º de Maio o DIA DOS TRABALHADORES. Ano após ano e país após país foram reconhecendo oficialmente o 1.º de Maio como o Dia do Trabalhador.

Como vemos o 1.º de Maio é o DIA DOS TRABALHADORES e representa uma data gloriosa de lutas da classe operária do mundo inteiro. Dessa forma, torna-se imperativo que toda a classe operária — vanguarda que é das lutas por um mundo melhor — deve tomar consciência do seu dia e, nos Primeiros de Maiores comparecer em massa — unida e coesa — nas festividades programadas quer para render homenagem aos construtores de riquezas, quer para levantar mais alta a bandeira de suas reivindicações mais sentidas.

UNIDADE

EXPEDIENTE

DIRETOR PROPRIETARIO

DR. ALDO PEDRO DITTRICH

REDAÇÃO E

ADMINISTRAÇÃO

RUA VITOR MEIRELES-18 — SALA 2

FLORIANÓPOLIS —

SANTA CATARINA

PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$. 2,00

ASSINATURA ANUAL — Cr\$. 120,00

A Bung And Born Enriquece Com Prejuizo dos Moinhos Nacionais

O trigo estrangeiro demora a ser entregue — O péssimo acondicionamento aumenta o custo — Nenhuma providência até agora

O trigo estrangeiro demora a ser entregue — O péssimo acondicionamento aumenta o custo — Nenhuma providência até agora.

Esteve no pórtico catarinense de São Francisco do Sul, o navio argentino "São João Bosco", descarregando trigo para os moinhos do Estado. Antes de entrar no objetivo direto desta nota, é conveniente um rápido histórico sobre a distribuição deste trigo aos moinhos "barriga-verde". Como sempre os pequenos estabelecimentos moageiros são os mais prejudicados, quer seja pela protelação na entrega do produto estrangeiro, quer seja pela maneira desigual com que são contemplados na partilha do referido produto, confrontando com a regularidade com que são atendidos os grandes moinhos, particularmente, os do extorquidor Bung-Born. Desde a nota à décima quinta distribuição do trigo estrangeiro, do ano de 1955, e da sétima a nona deste ano, somente nesta última (cujo trigo como já dissemos, ainda está no

pórtico) é que os moinhos brasileiros do interior estão recebendo trigo estrangeiro. "Mas, porque gritar pelo trigo estrangeiro?" — Algum leitor, menos avisado, pode perguntar, E' muito simples a resposta.

O PRIVILEGIO CAMBIAL

Através de privilégio cambial o governo brasileiro entrega o trigo estrangeiro aos moinhos pelo preço de Cr\$. 250,000 aproximadamente, enquanto o produto nacional está tabelado a Cr\$. 400,00 e o preço da farinha de trigo é fixada pela média de custo dos trigos. Logo o moinho que, neste sistema, só pode negociar com trigo nacional, está condenado a trabalhar com prejuízo, enquanto os grandes moinhos nadam em lucros indevidos. Pois, para agravar esta difícil situação — tem mais — em nome de oito moinhos do interior que representa no pórtico de São Francisco do Sul, denunciou por estas colunas a falta de cui-

dadado necessário dos órgãos governamentais, quanto a sacaria e a qualidade do produto que estes órgãos adquirem ao exterior. Até o dia 7 de setembro, a Empresa Marítima e Comercial Ltda., tinha descarregado do navio acima mencionado, cerca de 25.000 sacas de trigo, e já substituído por sacos novos 1.500 delas. Sabendo-se que o que faltava descarregar do porão, seriam piores e que a empresa somente substituiu os sacos em condições muito ruins. Ora, no momento em que todos os esforços são no sentido de deter a elevação dos preços, a displicência governamental está contribuindo para a elevação dos preços, pois os moinhos pagando duas vezes o preço do saco e mais a quebra consequente do mal acondicionamento, no ato do desembarque, de onde vão tirar esta diferença? E' claro, da bolsa do povo. E não fica aí, na ocasião em que estive no pórtico vi o trigo derramado dos sacos rompidos, com elevada quantidade de trigo com casca.

Este desleixo não é de hoje, os estabelecimentos que representam, o ano passado, dirigiram reclamação neste sentido, ao Banco do Brasil e ao Serviço de Expansão do Trigo, sem terem visto nenhuma providência nem sequer a satisfação de uma resposta!

O FATO SE REPETE

Por ocasião da 10.ª Reunião da Comissão do Trigo, este ano no Rio de Janeiro, apresentamos, por delegação da União dos Pequenos Moageiros do Oeste Catarinense, posição no sentido de que o órgão governamental competente estabelecesse uma fiscalização no ato do desembarque do trigo importado e em caso de irregularidades, como as que apontamos, exigisse esse órgão a devida indenização. Esta proposição foi relatada pelo sr. Diretor do Serviço Comercial de Exportação do Trigo nos seguintes termos: "Quanto as precárias condições de acondicionamento de trigo estrangeiro ensacado, será de toda a conveniência a recomendação no sentido de evitar os prejuízos resultantes da má sacaria, usada para o trigo argentino e uruguaio."

ADÃO LOPES — SÃO FRANCISCO DO SUL — 1.º de setembro de 1956.

Noticias de Itajaí

Burla no Pagamento do Salário Mínimo em Itajaí: A FIRMA G. MIRANDA & CIA.

ITAJAI (do correspondente) — Com a nova fixação dos níveis de salário mínimo a firma G. Miranda & Cia. está exigindo dos seus operários, o cumprimento de 10 horas de serviços por oito, para fazerem jus ao salário. A semana passada, o operário Arnaldo Ribeiro de Córdova recebeu o aviso prévio em virtude de ter se negado perante o patrão a cumprir a exigência absurda e incompatível com a lei.

O operário Arnaldo de Córdova procurou o Fiscal do Ministério do Trabalho nesta cidade para queixar-se do ocorrido, tendo aquela autoridade solicitado explicações da firma, recebendo em resposta a afirmação de que, o operário havia sido despedido por falta de serviço, quando isto é uma grosseira mentira.

Segundo informações do operário despedido, os demais trabalhadores estão desenvolvendo 10 horas de serviço, conforme imposição do patrão com medo de perderem o emprego.

Além desta arbitrariedade, a firma somente iniciou o pagamento do salário mínimo a partir do mês de setembro passado, quando deveria tê-lo feito a partir de agosto.

Os trabalhadores devem dirigir-se ao seu Sindicato e exigir medidas no sentido de serem coibidas estas arbitrariedades dando entrada a uma reclamação trabalhista na Comarca de Itajaí.

Rua Silva, Rio Pequeno e Bairro "Lito Seára"

Os "cristos", dos Udenistas de ITAJAI

ITAJAI (do correspondente) — Nossa reportagem esteve em entendimentos diretos com moradores do Bairro Lito Seára, Rio Pequeno e final da Rua Silva, em Itajaí, e pôde apurar que naqueles locais o GOVERNO ESTADUAL ainda não estendeu a rede d'água.

Não podemos afirmar se é verídico, corre porém um comentário naqueles locais, que, quando foi feito o croquis para distribuição da rede, o sr. dr. Osmar de Souza Nunes, líder udenista em Itajaí, chegou num dos referidos bairros e disse, "aqui não colocamos água, porque aqui não tem udenista". E' pois de lamentar, que o governo atual, que tão bem vem dirigindo os destinos do Estado, se deixe levar pela "camarilha" de Itajaí.

Em Itajaí, a água naqueles locais, é carregada em latas, de lugares distantes, e sendo bairros puramente proletários, onde muitas senhoras lavam para outrem, passam dificuldades no tocante à água.

Aguardamos as providências do sr. GOVERNADOR LACERDA, para sanar este tão sério problema de Itajaí.

COISAS QUE PRECISAM SER FEITAS...

COLUNA DE OPORT... UNIDADE

O Governo pode e deve e precisa dotar a PETROBRAS de maiores verbas para propaganda.

O Governo reduzir as despesas em publicidades de "feitos sem maiores resultados" e dizer aos brasileiros qual a economia de divisas, qual o lucro, quanto de progresso está tendo com os reiterados sucessos da Petrobrás.

O sr. Presidente da República substituir o Ministro da Justiça para que se exerça, em toda a sua plenitude, a democracia brasileira.

O sr. Presidente da República pôr em prática os resultados da última Conferência do Trigo, objetivando a emancipação econômica do Brasil e o progresso de todo o Sul.

O pasquim de Carlos Lacerda "Tribuna da Imprensa" dizer a razão verdadeira de sua campanha contra as instituições. (Nós sabemos: ficou provado que traidores estavam entregando nossos minérios atômicos e todos eles são "lanterneiros").

O sr. Prefeito Municipal de Florianópolis incluir o colchão, o alcatre, entre as carnes de primeira pelo preço de Cr\$ 35,00. Da maneira como foi feito o tabelamento é pura "marmelada".

O sr. Governador do Estado olhar com simpatia os bairros, em Itajaí, em que residem "pessedistas". O caso é que o Lito não tem "erva".

A Comissão Contra a Carestia promover uma campanha — decidida e franca — contra a alta do custo de vida e pelo congelamento de preços.

CONSTRUTORA CIVITAS LTDA.

PROJETOS E CONSTRUÇÕES

RUA FELIPE SCHMIDT N.º 18

Florianópolis

"A Marcha da Campanha"

A Comissão Estadual de Sta. Catarina, Apresenta o Quadro Demonstrativo do Resultado da Campanha Pró Jornais Populares Até o Dia 15-9

QUADRO DA CAMPANHA ATÉ 15-9

GRUPO "A"

Comissão	Cota	Realizado	%
Comissão Estadual	95.000,00	19.780,00	20,8
Comissão Castro Alves	25.000,00	5.146,00	20,6
Comissão Monteiro Lobato	15.000,00	3.060,00	20,4
Comissão Andre Rebouças	10.000,00		
Comissão Felipe dos Santos	10.000,00	3.200,00	32,0
Comissão Felipe Camarão	10.000,00	1.500,00	15,0
Comissão Osvaldo Cruz	10.000,00	1.150,00	11,5

GRUPO "B"

Comissão	Cota	Realizado	%
Comissão Floriano Peixoto	5.000,00		
Comissão José do Patrocínio	5.000,00	500,00	10,0
Comissão Siqueira Campos	5.000,00		
Comissão Estillac Leal	5.000,00	500,00	10,0
Comissão Presidente Bernardes ..	5.000,00		

T O T A L 200.000,00 34.836,00 17,4

NOTINHA: A marcha da campanha em âmbito nacional, nesses 45 dias da campanha, evidencia promissor final. O povo soube corresponder ao apelo que lhe fez a imprensa livre e democrática. Já se recebeu Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

NOTAS POSITIVAS DA CAMPANHA

Santa Catarina já enviou a sua cota de Cr\$ 20.000,00 à Comissão Nacional e espera até fins de outubro enviar mais Cr\$ 20.000,00, portanto, dobrar a sua cota. Com isso, nosso Estado está classificado no primeiro lugar em seu grupo.

Movimentam-se os Trabalhadores Para Reformar a Previdência Social

Os associados não se sentem satisfeitos com o que têm — Foi entregue ao Ministério do Trabalho e à Presidência da República a orientação para a Reforma — As questões que têm mais importancia

O sr. Juscelino Kubitschek ainda não se pronunciou sobre as diretrizes de reforma da previdência social que lhe foram encaminhadas pelo Ministério do Trabalho, à base das conclusões a que chegou uma comissão nomeada para estudar o assunto.

Apesar de constituída de representantes do Ministério do Trabalho, dos empregados e dos empregadores, a Comissão rejeitou as principais reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. A orientação formulada pela Comissão tripartite não satisfaz por iso, aos justos reclamos dos segurados no sentido de dar eficiência à administração da Previdência Social e democratizá-la.

OS DOIS PRINCIPAIS DEFEITOS

Alguns inconvenientes das propostas encaminhadas pelo Ministério do Trabalho à presidência da República. Os principais são:

1 — aumento da burocracia na direção da previdência social. São criados quatro órgãos de direção: Conselho de Administração dos Institutos, Conselho Fiscal, Conselho Superior da Previdência. Não há necessidade de dois órgãos superiores, o Conselho Superior e o Departamento Nacional.

2 — manutenção dos Institutos sob controle total do governo. Em todos os órgãos de administração a maioria dos membros (inclusive o presidente dos Conselhos de Administração) é constituída por funcionários de nomeação exclusiva do governo de modo que os contribuintes não poderão intervir praticamente, na gestão da previdência social. Prevalecerão, sempre, as determinações governamentais.

A DIVIDA DO GOVERNO COM A PREVIDENCIA

Além desses aspectos básicos, há vários outros que têm o mesmo caráter negativo. Um deles se refere à participação do governo no custeio da Previdência Social. Pretende o Ministério do Trabalho uma fórmula que reduza a quota que a União deve pagar à Previdência Social e o congelamento do débito atual do governo com os Institutos.

Ora, esta dívida orça, atualmente, em mais de 33 bilhões de cruzeiros. O seu congelamento defraudará a Previdên-

cia de um vultoso ativo. O que o governo deve fazer é estudar uma forma prática de amortização desta dívida.

O PROBLEMA DOS SERVIÇOS MEDICOS

Outra importante questão é a da assistência médica da Previdência Social. Como se sabe, à época do governo Café Filho foi criado o SAMPs, com o objetivo de fundir os serviços médicos das autarquias num serviço único. Mas, o resultado imediato desta medida foi uma desorganização maior, já que os serviços melhor organizados passaram a trabalhar com uma sobrecarga, enquanto os mais deficientes não apresentaram qualquer melhora. O Ministério do Trabalho cogita manter o SAMPs, dando-lhe uma organização semelhante à da atual Fundação da Casa Popular.

O problema é complexo. De um lado, é evidente que a orientação que se deu ao SAMPs foi prejudicial aos segurados dos Institutos e Caixas; de outro lado é também certo que o sistema de dispersão dos serviços médicos dificulta um melhor aproveitamento dos recursos da previdência empregados neste setor. Por exemplo: em regiões como a do Triângulo Mineiro, o IAPETC mantém postos de serviço médico, dada a maior concentração de rodoviários; entretanto, o IAPI, o IAPC e outros quase não os possui, pois é pequeno o número de segurados. Se ali, o IAPI, o IAPC e outros institutos cooperassem com o IAPETC para manutenção e ampliação dos serviços médicos que este mantém, poder-se-ia dar melhor assistência a todos os segurados da Previdência, na região.

Justamente por isso os trabalhadores sugerem que se realize uma unificação progressiva dos serviços médicos (e outros), partindo das unificações regionais, através de um Conselho de Administração da Previdência a ser criada em cada zona. Assim, seria possível estabelecer, em cada região qual o serviço já existente que se constituiria em base dos serviços médicos da Previdência. No Distrito Federal este serviço poderia ser, talvez, o SAMDU, que teria todas as condições para se desenvolver amplamente se contasse com o auxílio necessário de todos os Institutos.

Esses e outros problemas serão mais detidamente estudados pelos trabalhadores a fim de apresentarem ao governo propostas concretas para uma justa reforma da previdência social.

Os Trabalhadores e Seus Direitos

A nossa Consolidação das Leis do Trabalho fixa o período diário de trabalho em oito (8) horas, ou seja, quarenta e oito (48) horas por semana. As horas extras devem ser pagas com 20% de aumento e quando o serviço for feito entre as 22 horas e as 5 horas da manhã deverão ter um duplo acréscimo isto é mais 20% da hora extra.

O trabalho noturno, de acordo com o artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho § 1.º "A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos".

O intervalo de trabalho para as refeições deverá ser o mínimo de uma (1) hora e no máximo de duas (2) horas desde que sua duração exceda a seis (6) horas. Quando menos de seis (6) horas haverá um intervalo mínimo de 15 minutos (Art. 71 da C.L.T.)

Alertamos aos trabalhadores que qualquer serviço após as (oito) horas normais é contado como serviço extra e deve ser pago. Outras categorias específicas de trabalhadores de acordo com o C.L.T. tem um número fixado de horas semanais como por exemplo: bancários — trinta e três (33) por semana, trabalhadores em subsolo (mineiros) trinta e seis (36) horas por semana, jornalistas trinta (30) horas por semana, etc., etc.

Todo o trabalhador que não receber o pagamento de horas extras tem o direito de reclamar perante as Juntas de Conciliação e Julgamento e onde não houver, aos Juizes de Direito da Comarca. O prazo prescreve (deixa de ter direito) em dois anos, para reclamar as horas extras devem ficar provadas, podendo ser utilizado os mais variados meios de prova. O mais comum é a prova testemunhal (afirmação de dois (2) ou três (3) trabalhadores ou outras pessoas de que o trabalho era executado fora da hora normal de trabalho).

NOTA — ESTA SEÇÃO ESTA A DISPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE QUALQUER DÚVIDA COM RESPEITO A SEUS DIREITOS. ENDEREÇO: "UNIDADE" — RUA VITOR MEIRELES 18 SALA 2 — FLORIANÓPOLIS.

NOTAS SINDICAIS

Os trabalhadores do Governo do Estado, através do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil estão reivindicando o abono de família. Centenas de assinaturas foram coletadas para serem entregues ao Exmo. Snr. Governador. Continuam aguardando a resposta do Presidente do Sindicato e do Exmo. Snr. Governador.

Os trabalhadores da Prefeitura, bem como os trabalhadores do Estado tem direito ao salário mínimo de Cr\$ 2.400,00, pois não são funcionários, sendo portanto regidos pela C.L.T.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Florianópolis, vai completar 25 anos de existência em 7 de Dezembro de 1956. Em homenagem a esta data a diretoria realizará grandes festejos, segundo informações de seu presidente.

O Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Florianópolis está planejando uma intensa campanha de sindicalização como maneira de reerguer seu órgão de classe.

Os Sindicatos de Trabalhadores de Florianópolis, continuam aguardando a NOVA SÉDE DOS SINDICATOS, prometida em 1.º de Maio por Sua Excia. o Governador.

Os trabalhadores na Indústria Textil de Florianópolis, com a ajuda de vários sindicatos de trabalhadores e Federação dos Trabalhadores na Indústria estão tomando as medidas para a fundação do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FLORIANÓPOLIS.

Intenso trabalho vem desenvolvendo o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Florianópolis através do presidente Alexandrino Barreto, visando dar uma melhor organização a seu órgão de classe.

Os trabalhadores em alfaiatarias de Florianópolis não possuem seu órgão de classe que é o SINDICATO. O que existe é apenas uma Associação dos Alfaiates que congrega patrões e empregados e não pode ser reconhecido como sindicato por ser um órgão mixto.

Eleições Sindicais - Atenção Trabalhadores de Joinville, Blumenau, Brusque, Caçador e Laguna

MÊS DE OUTUBRO — Realizam-se as seguintes eleições sindicais:

- 1 — Sindicato dos Trabalhadores em Construção Mobiliário de Blumenau, em 15 de outubro de 1956.
- 2 — Sindicato Trabalhadores Indústria do Trigo, Milho, etc. de Joinville, em 25 de outubro de 1956.
- 3 — Sindicato Trabalhadores Indústria Construção Civil de Joinville, em 26 de outubro de 1956.
- 4 — Sindicato Trabalhadores Indústria Metalúrgica e Mecânica de Joinville, em 28 de outubro de 1956.

MÊS DE NOVEMBRO — Primeira quinzena:

- 1 — Sindicato Trabalhadores Indústria Fiação e Tecelagem de Joinville, em 1 de novembro de 1956.
- 2 — Sindicato Trabalhadores Indústria Fiação e Tecelagem de Brusque, em 5 de novembro de 1956.
- 3 — Sindicato Oficiais Marceneiros e Trabalhadores Indústria Serraria de Caçador, em 5 de novembro de 1956.
- 4 — Sindicato do Comércio Armazenador de Laguna, em 10 de novembro de 1956.
- 5 — Sindicato dos Estivadores da Laguna, em 10 de novembro de 1956.

CLÍNICA DE CRIANÇAS DO

Dr. M. S. Cavalcanti

Puericultura — Pediatria — Alergia

RUA SALDANHA MARINHO N.º 1

Florianópolis

MARMORARIA

O. C. BENEVENUTTI — RUA BOCAIUVA, ESQUINA FREI CANECA — COM AS MAIS MODERNAS MÁQUINAS PARA:

Mármore, Granitos, Marmore em cores
Pisos para Cozinhas, Banheiros, W. C., Mesas de Pia,
Escadarias, Terraços, Balcões, etc.

FABRICA DE LADRILHOS HIDRAULICOS
Em todas as cores

TELEFONE: 3754.

A EXPOSIÇÃO

Confecções finas para homens, senhoras e crianças — Variado sortimento de casemiras, linhos nacionais e estrangeiros — Sedas — Tapetes, congoleuns e passadeiras — Máquinas de costura importadas.

Vendas à vista e pelo sistema crediário

Rua Felipe Schmidt, 54 — Telefone 3603

Florianópolis

NA CAMARA FEDERAL

Projeto 14477/56 Solução Para o Trigo?

Deputado catarinense abre debate sobre o problema — Solução imperfeita — maiores contribuições com discussões

Somente aplausos deve merecer o deputado catarinense Leoberto Leal, com a apresentação de seu projeto 14.477, que dispõe sobre a instalação de moinhos de trigo.

Sua preocupação principal, não resta dúvida, é a de fornecer instrumento legal para o rápido crescimento da produção nacional de trigo, visando a que se torne o Brasil livre da importação. Portanto, um projeto de espírito patriótico.

Entretanto, são discutíveis alguns dos seus aspectos, aliás importantes. Afirma o Deputado Leoberto Leal que o pequeno moinho representa para o desenvolvimento da triticultura nacional "um fundamento necessário". Reconhece que esses industriais, brasileiros, vivem com certas dificuldades financeiras, pequeno capital, etc. Ora, a obrigatoriedade de investir capitais de vulto na lavoura, levá-los-ia ao abandono do ramo. Não porque não sejam interessados no crescimento da produção nacional de trigo, mas porque não teriam recursos pecuniários.

E enquanto isso, que aconteceria? Os grandes e poderosos moinhos estrangeiros tornariam-se donos de extensas áreas rurais, aumentando o grau de sua participação nesse setor vital de nossa economia, fortalecendo posições frequentemente contrárias ao desenvol-

vimento da triticultura.

Por outro lado faltam, a nos so ver, maiores preocupações do projeto no sentido de corrigir, por exemplo, a grande diversidade de órgãos governamentais ou para-governamentais que, na prática, são encarregados do problema tritícola.

De primeira lembrança podemos citar: Serviço de Expansão do Trigo, Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas e Comissão Permanente de Revenda do Material, do Ministério da Agricultura; Carteira Agrícola e Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil; Comissão Consultiva do Trigo, do Itamarati e Instituto de Resseguros. Não é de estranhar, pois, a falta de orientação que perdura no setor.

Muito útil se revela o debate desse projeto n. 14.477, que permitirá focalizar alguns aspectos da questão do trigo, em busca da solução efetiva, capaz de eliminar o parasitismo e o entreguismo neste setor vital da nossa economia.

(Transcrito do jornal "Emanipação" n. 81, de julho e agosto de 1956).

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal, em sessão extraordinária debateu, o veto oposto pelo Prefeito Osmar Cunha ao projeto que modificava a cobrança do imposto territorial. Foi justa a atitude do Prefeito Osmar Cunha, pois este projeto visava única e exclusivamente isentar os "latifundiários urbanos" ao pagamento do imposto territorial.

A sessão, presidida pelo Vereador Genésio Leocadio da Cunha, dia 21 de setembro foi tumultuosa, dividindo o plenário. Por incrível que pareça, quatro vereadores do PSD (Waldeimar Vieira, Frederico Veras, Navegantes Pires e Baldicério Filomeno) votaram contra o Município atendendo os interesses dos proprietários de grandes extensões urbanas de terras. Defenderam o veto os seguintes vereadores: Genésio Leocadio da Cunha, Dib Cherem, Julio Paulino da Silva e Walter Cruz. Contra o

veto falaram os seguintes vereadores: — Gercino Silva, Jupy Ulisséa, Haroldo Vilela e Liberato Carioni, e Frederico Veras.

O vereador Genésio Leocadio da Cunha, que defendeu no Plenário o veto foi sucessivamente apertado e mostrou que o veto era justo porque vinha derrubar um projeto que apenas beneficia meia dúzia de pessoas que são proprietários de vastas chácaras urbanas, que vem entravando o progresso da cidade e prejudicando o povo que tem de construir suas casas nos morros e subúrbios distantes.

A VOTAÇÃO

A votação foi secreta, sendo o seguinte o resultado — Contra o veto, 7 votos a favor do veto — 6 votos. Em branco — 2 votos.

Com este resultado surgiu uma controvérsia — o veto foi mantido ou rejeitado?

A Lei Orgânica dos Municípios que regula a matéria em seu artigo 66 parágrafo 3.º está assim redigida — Comunicado o veto ao Presidente da Câmara, será o projeto com a parte vetada, dentro de quinze dias do seu recebimento, com ou sem parecer, submetido a uma discussão, considerando-se aprovado se obtiver o voto da maioria dos seus membros. Neste caso será o projeto reenviado ao prefeito para promulgação."

O projeto teve sete votos e por conseguinte não atingiu a maioria de oito que necessitava. Porém, a oposição alega que a maioria tinha que ser a favor do veto, isto é conseguir oito votos e não seis votos.

OS QUE VOTARAM A FAVOR, CONTRA E EM BRANCO

Pelo desenrolar dos trabalhos podemos adiantar a votação ao veto. A favor do veto: Genésio Leocadio da Cunha, Walter Cruz, Julio Paulino da Silva, Dib Cherem, Armando Valério de Assis.

Contra o veto: Carmelo Faraco, Tupy Ulisséa, Gercino Siva, Haroldo Vilela, Liberato Carioni, Navegantes Pires, Baldicério Filomeno.

Em branco: Frederico Veras e Waldemar Vieira.

Quatro vereadores do PSD não acompanharam o veto: Navegantes Pires, Baldicério Filomeno, Frederico Veras e Waldemar Vieira.

O vereador Carmelo Faraco apresentou um projeto que regula as categorias da carne. Esta medida virá provocar um tabelamento novo no preço da carne, pois o Senhor Prefeito Osmar Cunha inexplicavelmente classificou a carne verde, de tal maneira que vem causando graves prejuízos ao povo. É um projeto que deve merecer o apoio de todos pois virá terminar com a liberação da carne chamada de "extra" pelo senhor Prefeito.

Meu Cantinho

ALTERAÇÃO — PARA MELHOR — DA POLITICA EXTERNA DO BRASIL

A Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), por seu Presidente — distribuiu aos jornais a auspiciosa notícia de que o Brasil entabulará negociações comerciais com a República Popular da China e com a República Democrática Alemã.

Para isso, estão sendo feitos os estudos que se fazem necessários.

Este fato vem demonstrar que o Governo pretende tomar medidas concretas no sentido de conquistar nossa emancipação econômica.

—(X)—

AINDA NESTE CANTINHO OUTRA NOTICIA DE ALTERAÇÃO PARA MELHOR

Noticia-se que haverá modificação nos Ministérios. Em cogitação várias reformas. Dentre elas, uma é saborosa para todos os democratas e para todos os que vinham sendo ameaçados em suas liberdades.

O Presidente Juscelino cogita em substituir o velho soba — o Sr. Nereu Ramos.

A saída do atual ministro da Justiça implicará em um clima respirável para aqueles que fazem jornal, para os que sentem necessário ampliar a luta pela fixação das novas diretrizes da nossa política atômica e para os que estão dispostos a lutar pela preservação da Constituição.

MOVIMENTO INTERNACIONAL

COMISSÃO DOS CINCO

Os egípcios estão com toda a boa vontade possível para com aqueles cujas intenções são tomar-lhes de volta uma empresa nacionalizada e colocar por terra a sua soberania. Ainda agora discutiram com a "Comissão dos Cinco", sem lhes ter mostrado a cara feia, mas também, sem ceder, em qualquer um dos pontos fundamentais, a mínima polegada.

Sabem os egípcios que a dominação econômica seguirá o controle dos órgãos do Estado. E o sabem pela dura experiência de tantos anos, em que viveram sob a orientação da Inglaterra. Sabendo disto, os egípcios mostram que lutarão, outra vez, ainda com mais vigor pela sua liberdade.

Depois de haver fracassado a Comissão dos Cinco representantes dos "18 da Conferência de Londres" buscam os imperialistas anglo-franco-americanos uma nova forma de meter medo aos egípcios com a criação da Companhia dos Usurários do Canal de Suez" e de que se querem aproveitar para ameaçar de violências ao Egito.

De outro lado o Egito, embora em defesa de sua soberania, procura sinceramente a maneira pacífica capaz de resolver a questão. Não há por rem o que discutir. Os colonialistas estão derrotados e a força gasta durante tantos anos, para dominar e manter dominados os povos falta-lhes agora. Daí porque é fácil ver por quais motivos o Egito aceita as discussões: para demonstrar ao mundo inteiro,

que não é mais possível aos colonizadores manterem as suas colônias e que os povos coloniais lutam cada dia com maior ardor e mais unidos pela sua total independência política e econômica.

CONDENADAS AS MANOBRAS DOS COLONIZADORES

Vários jornais canadenses têm-se pronunciado contra as manobras dos imperialistas anglo-franco-americanos, cujos únicos objetivos são tornar mais tensa a situação internacional e impedir, com a retirada dos pilotos, a navegação normal no Canal de Suez. Acreditam estes periódicos — como "Star", "Daily Star" de Toronto — que esta "Política" é simples provocação de guerra.

PILOTOS PARA O CANAL

Atendendo ao apelo, que fez o Egito, responderam de vários países, dando provas da grande solidariedade para com o povo egípcio, muitos pilotos, que estão dispostos a irem para Suez como funcionários da Cia. do Canal. Pilotos iugoslavos, russos, canadenses e até americanos querem visto para saírem dos seus países, a fim de poderem viajar para o Egito.

MONGÓLIA QUER IR PARA A ONU

O primeiro Ministro da Mongólia Exterior voltou a for-

mular o pedido de admissão do seu país na Organização das Nações Unidas, não tendo ainda, sido dada qualquer resposta.

COMEÇAM A RESPONDER OS PAISES LATINO-AMERICANOS

O cel. Nasser enviou cartas a todo o mundo, pedindo apoio, a solidariedade a todos os países, quer do oriente, quer do ocidente. Até agora já responderam muitos países, inclusive alguns que deram apoio moral e ofereceram apoio material, num caso de agressão. Da América Latina começam a aparecer as primeiras respostas. A Bolívia, por sua Câmara de Deputados, distribuiu uma nota, na qual se solidariza inteiramente com o Egito, na questão da nacionalização da Cia. do Canal de Suez.

PETRÓLEO E' NOSSO

Os egípcios estão-se preparando para nacionalizar o petróleo do seu país. Para tanto está sendo estudada uma lei, a qual, depois de pronta, criará o monopólio estatal do petróleo no Egito.

SERA PÚBLICO O JULGAMENTO DE POZNAM

Declarou, em Paris, o sr. Marian Rybick, que os cinquenta e quatro acusados da participação do levante de Poznam, serão julgados publicamente.

IMPRESSORA TUPY

A CASA DOS BONS IMPRESSOS

SALDANHA MARINHO N.º 1

Florianópolis

Lutam os Trabalhadores de Criciúma Pela Autonomia do Seu Sindicato

Interferência absurda do delegado do trabalho — Memoriais enviados ao Ministro do Trabalho — Irredutíveis os trabalhadores na sua decisão

Os associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, continuam lutando de todas as maneiras para impedir a anulação da assembleia geral realizada em 26 de agosto, onde foi aprovado, por maioria, o nome do dr. Aldo Pedro Dittrich para advogado do Sindicato.

O Delegado Regional do Ministério do Trabalho em Santa Catarina, Raul Caldas, tentando anular a referida assembleia, teve a repulsa dos trabalhadores de carvão deste município, como bem demonstra o abaixo assinado, enviado por 500 mineiros, que transcrevemos na íntegra:

“Exmo. Snr.

Dr. Raul Pereira Caldas
Delegado Regional do
Ministério do Trabalho.
Florianópolis.

Os abaixo assinados, associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, vêm, respeitosamente, se dirigindo a V. Excia., para dar seu mais inteiro e integral apoio à decisão da Assembleia Geral Extraordinária de seu sindicato que soberanamente indicou para exercer as funções de Advogado do Sindicato o dr. Aldo Pedro Dittrich. Levam, outrossim, ao conhe-

cimento de V. Excia., que o sr. Auzenir Guimarães Carvalho, não aceitou a decisão da Assembleia sob alegação de que V. Excia. havia anulado a mesma e assim poder impedir a contratação do advogado em alusão.

Não permitirão, entretanto, os associados infra assinados, a anulação da referida Assembleia e jamais abrirão mão de seus direitos pois o que está em jogo não é apenas o contrato de um advogado, mas a liberdade e a autonomia sindical. Usarão de TODOS OS MEIOS para que a decisão da Assembleia seja mantida e não recuarão um passo. Darão entrada de um mandado de segurança o mais breve possível, enviarão protestos a todos os jornais, rádios e às autoridades

des e reservam-se outras decisões que tomarão oportunamente.

Esperam que V. Excia. tome as medidas imediatas para que as decisões da Assembleia sejam mantidas, pois têm certeza que V. Excia. não iria interferir em assunto que de acordo com o Estatuto do Sindicato, com a Consolidação das Leis do Trabalho e com a Constituição Federal, cabe única e exclusivamente aos associados.

Subscrevemo-nos atenciosamente,

(Seguem-se 500 assinaturas).

Outro abaixo assinado foi enviado ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, dando ciência da indébita interferência, que transcrevemos abaixo:



DIRETOR: Aldo Pedro Dittrich

ANO I — Florianópolis, 28-9-56 — NR. 2

Para Combater a Carestia em Convenção, Reunem-se Operários, Donas de Casa e Estudantes

Primeiro passo para deter o custo da vida — Ausência de Sindicatos prejudica êxito absoluto — Sabotagem na votação de propostas — Resoluções principais

TEM INÍCIO A CAMPANHA NO DIA 22

Dando o primeiro passo no sentido de impedir a alta no custo da vida e tornar efetiva a lei do salário mínimo, reuniram-se, nos dias 22 e 23 do corrente, na sede da Federação dos Empregados do Comércio, em Florianópolis — várias associações de classe, representando operários, donas de casa, estudantes e jornalistas. Todavia não foi — como seria de esperar — grande o comparecimento de tais entidades, particularmente, dos sindicatos do interior e da Capital.

OS QUE TOMARAM PARTE NA CONVENÇÃO

Entre os que tomaram parte ativa nos debates, durante a Convenção, estavam os sindicatos dos Comerciantes de Lajes, Metalúrgicos e Construção Civil de Joinville, as Federações dos Trabalhadores na Indústria, Empregados no Comércio e das Mulheres, os representantes dos sindicatos da Construção Civil, Comerciantes e Jornalistas de Florianópolis, delegados do PTB e PTN, o presidente da Câmara de Vereadores. O não comparecimento de outros sindicatos do interior — setenta e cinco foram convidados — e dos da Capital se prende ao fato, confessado, pelo operário Dalírio Bastos, presidente da Comissão Executiva, que prepararam a

Convenção, de este ter achado desnecessária a presença dos delegados do interior, tendo mandado avisar que não precisam vir. Assim agindo, rebaixou a possibilidade de estes sindicatos darem maior vigor e melhor êxito à convenção. Para os sindicatos da Capital não foram enviados convites, porque, achou o operário Dalírio Bastos que eles tinham obrigação de vir, muito embora pouca gente soubesse da realização da convenção.

NÃO FOI MELHOR POR

SABOTAGEM

Desta forma, como não será difícil imaginar, sem haver a participação de maior número de sindicatos e do povo em geral, foi bastante prejudicada a convenção. E isto só tem um nome: sabotagem. É difícil crer-se que um operário possa substituir a força da classe, principalmente, quando se trata da luta pela melhoria das condições de vida, problema sentido por todas as camadas da população e particularmente pela classe operária. Esta atitude do sr. Dalírio Bastos precisa ser estudada pelos sindicatos e reprovada de maneira categórica, afim de que não venha a suceder outra, causando maiores prejuízos aos trabalhadores e ao povo em geral. Pois, quem age desta maneira, está tão somente agindo em benefício dos tubarões, cuja voracidade au-

menta a cada novo dia, sem que o governo tome uma providência enérgica. Daí porque se faz tão importante a união de todos os sindicatos e demais associações para por fim ao aumento absurdo no custo da vida e para obrigar os patrões a pagarem aos seus trabalhadores o salário mínimo, fixado em lei. Mas, enquanto existirem operários que pensem igual ao sr. Dalírio Bastos, pouco produtivas serão as medidas de combate à carestia e em benefício da classe operária. Assim não faltaram apenas os sindicatos. Também o povo não esteve presente, porque não foi feita qualquer propaganda da convenção, que levasse o povo a assisti-la. Pelo que se vê, parece que o presidente da Executiva desejou mesmo fazer a convenção meio escondida, para evitar que ela tivesse um êxito grande.

OS TRABALHOS NO PLENÁRIO E NAS COMISSÕES

Durante o decorrer da convenção foram formadas (arbitrariamente) duas comissões, encarregadas de estudar as teses apresentadas. Uma das comissões se encarregou de estudar os assuntos referentes ao salário mínimo, enquanto a outra se ateve aos problemas do congelamento. Durante a hora do expediente foram apresentadas duas propostas,

Exmo. Sr.
Ministro do Trabalho,
Indústria e Comércio.
Ministério do Trabalho.
Rio de Janeiro.

Os abaixo assinados, trabalhadores na indústria extrativa do carvão de Criciúma, Santa Catarina, e associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, vêm, respeitosamente, perante V. Excia. para expor os seguintes fatos:

1 — Os associados do Sindicato requereram uma Assembleia Geral Extraordinária para debate de vários assuntos, conforme edital anexo;

2 — Compareceram à aludida Assembleia 143 associados e o Exmo. Sr. Waldemar Mattos, representante do Ministério do Trabalho, nesta cidade, havendo os trabalhos tido início em segunda convocação de acordo com o artigo 27 dos Estatutos (documento anexo);

3 — O constante da ordem do dia mereceu aprovação, sendo, que de acordo com o item 1., foi escolhido para advogado do Sindicato o sr. Dr. Aldo Pedro Dittrich, ficando ainda assentado que dentro de três dias, a partir daquela data, a diretoria deveria efetuar o respectivo contrato;

4 — Decorrido o prazo estabelecido pela Assembleia e não sendo o advogado contratado, foram os associados informados pelo Presidente do Sindicato de que o assunto só encontraria solução depois que ele, presidente, mantivesse entendimentos com o Exmo. Sr. Dr. Raul Caldas, Delegado Regional do Trabalho em Santa Catarina;

5 — Foi então o sr. Presidente do Sindicato a Florianópolis, trazendo ordem expressa do Exmo. Sr. Delegado Regional do Ministério do Trabalho que “em hipótese alguma permitiria que o referido advogado assinasse o contrato com o Sindicato e que usaria de todos os meios para anular a assembleia que tomou tal decisão;

6 — Insistindo para que a decisão da assembleia fosse

cumprida, os trabalhadores em comissão dirigiram-se ao presidente do sindicato e demonstraram que essa atitude seria uma imperdoável violação dos estatutos do sindicato, da Consolidação das Leis do Trabalho e mesmo da Constituição Federal, que garantem a liberdade e autonomia sindical;

7 — Os abaixo assinados impetrarão um mandado de segurança contra as atitudes arbitrárias, ilegais e antidemocráticas do presidente do sindicato e do delegado Regional do Ministério do Trabalho em Santa Catarina, que vêm interferindo de maneira acintosa contra as liberdades sindicais.

Assim sendo, os abaixo assinados, confiantes no elevado espírito de justiça de V. Excia., que tem demonstrado ser um defensor intransigente da liberdade, da autonomia sindical e dos direitos dos trabalhadores, esperam providências imediatas no sentido de que a decisão soberana da assembleia seja mantida a fim de evitar que outras irregularidades sejam praticadas.

Subscrevemo-nos atenciosamente. (Seguem-se 50 assinaturas).

Este abaixo assinado, expressa o sentimento dos mineiros de Criciúma que não permitirão qualquer interferência em seu Sindicato e fará o senhor Raul Caldas compreender que o período em que vivemos não é o da ditadura “estadonovista” e sim um período democrático, no qual os trabalhadores dia após dia e luta após luta, conquistam seus direitos.

Sua Excelência o Senhor Ministro do Trabalho em recentes declarações aos jornais, afirmou que o Ministério do Trabalho jamais interferiria em assuntos internos dos sindicatos e no momento não irá permitir que um seu subordinado possa cometer qualquer arbitrariedade.

A luta dos mineiros de Criciúma é uma luta de todos os trabalhadores do Brasil: Pela Liberdade e Autonomia Sindical.

MINHA CIDADE

Ali, à entrada da Ponte, frente para aquele cemitério velho que está sendo desmorrado pela Prefeitura, existe uma praça, por sinal muito bonitinha. Mas só durante o dia, porque à noite é mal iluminada.

No meio desta praça, existe um monumento a um (dos maiores) governador catarinense, cuja visão econômica e (principalmente) política — deveria servir de exemplo a todos os governos do Brasil.

O dr. Hercílio, estadista da província — infelizmente — viu que o Estado precisava de muitas obras e, embora não tivesse recursos, não titubeou em fazê-las. Como? Usando de recursos estrangeiros. Pedindo dinheiro à Inglaterra, mas sem, contudo, dar-lhe possibilidade de tomar conta de qualquer coisa nossa. Nem um portozinho para exportar bananas. Nem um açúdocinho para a entrega de minérios raros e preciosos, dos que temos em Guaramirim. A dívida foi feita em dinheiro e é paga em moeda corrente, com pontualidade, no balcão.

Por isso é que não entendo o motivo de estar tão mal iluminado aquele monumento, ali na Alameda, quando seria o caso de estar muito bem iluminado, para servir aos governantes de hoje, pela grande visão do homenageado, como um exemplo de político e patriota.

DIAS VELHO

Continua na 7.a Pagina